

DO CHÃO DA ESCOLA À UNIVERSIDADE: A TRAVESSIA DE UMA MULHER NEGRA E A INSURGÊNCIA DOS SABERES PERIFÉRICOS

IARA MARIA MORAES FERNANDES¹;

DANTE DINIZ BESSA²:

¹Universidade Federal de Pelotas- iaramoraes701@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- ddbessah@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Falar em educação é também falar de poder, território e silenciamento. A universidade, enquanto espaço de reprodução e disputa de sentidos. A educação, mais do que um processo de transmissão de conhecimento, é um campo de disputas simbólicas, políticas e epistemológicas.

A universidade, historicamente marcada pela hegemonia de narrativas brancas, masculinas e elitizadas, ainda hoje reproduz desigualdades estruturais, invisibilizando trajetórias de sujeitos marginalizados (CARNEIRO, 2005; ALMEIDA, 2018). Nesse cenário, a presença de mulheres negras e periféricas nos espaços universitários não apenas desafia estereótipos, mas também revela a potência dos saberes construídos a partir de vivências que articulam trabalho, resistência e estudo.

Frente a esta condição social, o objetivo deste trabalho é refletir, criticamente, sobre o racismo estrutural, a invisibilidade epistêmica e as resistências cotidianas que emergem do chão da escola à universidade, desde a perspectiva de uma mulher negra periférica, trabalhadora terceirizada da limpeza em escola pública e estudante de pedagogia, que encontrou acolhimento e energia no Grupo e Estudos sobre Educação não Docente na Escola (Geende), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

A reflexão dialoga com Paulo Freire (1987, 1997) e bell hooks (2017), que compreendem a educação como prática libertadora e o amor como atitude ética e política. Acrescenta-se, ainda, a perspectiva de Sueli Carneiro (2005) acerca da insurgência epistêmica como categoria para questionar e subverter o racismo estrutural presente nas instituições.

Ao trazer essa reflexão como denúncia e proposição sobre políticas institucionais de inclusão, de permanência e de valorização acadêmica, pretende-se contribuir para a ampliação do debate sobre o reconhecimento dos saberes historicamente marginalizados.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O Geende se reúne em encontros quinzenais nos quais uma participante fica responsável pela preparação e apresentação de conteúdo para análise e discussão, realizadas por meio do confronto entre os conhecimentos da experiência de trabalho de participantes do Grupo que atuam em funções não docentes na escola e conhecimentos teóricos da área da educação (BESSA, 2017).

Nesse processo, temos estudado temas que contribuem para compreendermos com mais consistência contextual, histórica e conceitual o trabalho

não docente na escola. Por exemplo, ao nos perguntarmos sobre a natureza educativa do trabalho não docente e confrontarmos nossas experiências com o que sugere Moacir Gadotti (2012), tomamos um caminho que aproxima o trabalho não docente da educação comunitária, da educação social e da educação popular.

Conforme relatamos nos encontros, merendeiras, higienizadoras, monitoras e auxiliares de ensino estão cotidianamente acolhendo os discentes, criando laços de afetividade e auxiliando em todo seu desenvolvimento e autonomia, desde ações mais básicas como aprender a usar o banheiro, amarrar os caderços, segurar talheres, comer alimentos saudáveis, como também orientar em ações que influenciam diretamente no seu processo de socialização, como a interação com os colegas e a resolução de conflitos.

A reflexão sobre os saberes não formais que nos forma como trabalhadoras e com os quais contribuímos na formação de crianças e jovens me ajudou a entender que minha vivência e minhas experiências, muitas vezes tratadas como marginais ou periféricas, são fontes legítimas de conhecimento, tão valiosas quanto as transmitidas de maneira institucionalizada.

Através do Geende, pude me reconhecer como protagonista da minha própria história e, ao mesmo tempo, compreender a importância de outras mulheres negras e periféricas em processos educativos.

Em um espaço que desafia as normas tradicionais da educação e nas leituras de autores como Paulo Freire (1987, 1996), bell hooks (2017) e Sueli Carneiro (2005), de quem me aproximei por meio de disciplinas do Curso de Pedagogia, encontrei o impulso para me emancipar, entendendo que minha história, minha formação e meus saberes não são apenas resquícios de uma realidade subalterna, mas, sim, forças transformadoras capazes de questionar e modificar o próprio sistema educacional.

Da obra de Carneiro me apropriei do conceito de insurgência epistêmica, com o qual a autora faz referência ao movimento de resistência contra a supressão e desvalorização dos saberes produzidos pelos corpos historicamente marginalizados. Esse conceito está intimamente ligado à subversão das estruturas racistas e excludentes presentes nas instituições educacionais que, historicamente, favorecem o conhecimento dominante: branco, eurocêntrico e elitista. Em oposição a isso, a insurgência epistêmica propõe uma revolução epistemológica, onde as narrativas e experiências desses grupos, muitas vezes silenciadas, ganham visibilidade e força.

A perspectiva de Carneiro, complementa as ideias de Paulo Freire (1987) e bell hooks (2017) sobre uma educação que deve ser libertadora e política, enfatizando a importância do amor e do reconhecimento dos saberes marginalizados.

De Paulo Freire, em sua Pedagogia do Oprimido, ative-me à proposta de uma educação entendida como um ato político e libertador. Freire propõe que a educação deve ser um meio de emancipação, um espaço onde os oprimidos não são meramente receptores de conhecimento, mas participantes ativos na construção de sua própria realidade e, por consequência, na transformação social.

bell hooks (2017), por sua vez, fez-me entender que o amor pode ser a base de uma educação transformadora. Para hooks, a educação não é só um ato de transmissão de conhecimento, mas uma prática amorosa que busca a cura, a escuta e a transformação das relações desiguais de poder.

Esse amor transformador também está relacionado ao conceito de inclusão proposto por essas autoras. Incluir não é apenas permitir o acesso de sujeitos marginalizados ao sistema educacional, mas valorizar suas experiências, saberes e trajetórias de vida, reconhecendo-as como partes legítimas da construção do

conhecimento.

Nesse cenário, o Geende funciona como um espaço de insurgência epistêmica, pois, ao reunir trabalhadoras não docentes e integrar suas experiências com o conhecimento acadêmico, o Grupo cria um ambiente onde o saber experencial dessas pessoas é confrontado com os saberes teóricos, de modo a despertar o que Freire denomina de curiosidade epistemológica (1997), ou seja, provoca as participantes a sistematizar os conhecimentos experienciais e transformá-los em conhecimentos produzidos com rigor metódico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A travessia de uma mulher negra da limpeza da escola à universidade não é uma exceção heroica, mas uma realidade invisibilizada por estruturas excludentes.

Mais do que relatar uma experiência pessoal, esta reflexão afirma a legitimidade dos saberes produzidos por corpos historicamente marginalizados bem como evidencia as contribuições desses sujeitos e seus saberes para a construção de uma pedagogia emancipatória.

A perspectiva aqui colocada reafirma que quem limpa a escola também pensa a escola e a educação escolar. E o faz com sensibilidade, rigor e potência crítica. Como destaca Freire (1987), toda educação é um ato político e é preciso que se reconheça a sabedoria dos oprimidos na construção de uma pedagogia emancipatória.

Os estudos promovidos no Geende evidenciam que a inclusão de vozes não docentes no processo educativo amplia a compreensão da educação escolar como prática social e política, fortalecendo o sentimento de pertencimento das trabalhadoras não docentes à categoria de profissionais da educação. A experiência no Grupo também reforça a importância de políticas institucionais voltadas para a permanência estudantil, para o reconhecimento de estudantes-trabalhadoras e para a promoção da diversidade epistêmica nas universidades.

A integração entre saberes marginalizados e subalternizados com saberes acadêmicos, somados à construção de espaços de escuta, valorização e sistematização, como os propostos por Freire, Carneiro e hooks, transformam a educação em prática amorosa e política. A ideia de amor aqui não é romântica, mas, sim, de uma ética de cuidado, de escuta e de reconhecimento da humanidade do outro, em seus múltiplos aspectos, incluindo suas experiências de vida, seus saberes e sua história.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

BESSA, Dante Diniz. **Reconstrução da identidade profissional de trabalhadoras em alimentação escolar que concluíram o curso do Profucionário**: formação e experiência em situação de trabalho, 2017. 209f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação UFRGS.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3909>. Acesso em 20.08.2025.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.